

Nessa primeira quinzena do mês, haverá votação somente no Plenário da Câmara e do Senado. A pauta do plenário da Câmara ainda não foi disponibilizada. Há previsão para que ainda nesse mês já existam definições para a composição das comissões e suas presidências, mas ainda sem data para iniciar tais trabalhos.

## ■ MESA DA CÂMARA

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados, foi reconduzido para mais um mandato no biênio 2023-2024. Os Deputados elegeram ainda os demais membros da Mesa Diretora: 1º e 2º vices, 1º a 4º secretários e quatro suplências. Lira foi apoiado por um único bloco parlamentar reunindo 20 partidos, incluindo duas federações.

## ■ MESA DO SENADO

O senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG) foi reeleito no primeiro turno, em votação secreta, como presidente do Senado e do Congresso Nacional, pelos próximos dois anos.

## OUTRAS INFORMAÇÕES:

### Medidas Provisórias (MPs)

Senadores e Deputados iniciaram o ano legislativo com a missão de deliberar sobre 27 Medidas Provisórias (MPs). Todas ainda precisarão passar pelo Plenário da Câmara dos Deputados para depois seguirem ao Senado. Entre as MPs, estão iniciativas como a que mantém o benefício de R\$ 600,00 (seiscentos reais) do Auxílio Brasil (MP 1.155/2023), a que prorroga a desoneração de tributos federais sobre combustíveis (MP 1.157/2023) e a que extingue a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA (MP 1.156/2023). As três MPs foram editadas já no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

### Novo Congresso apresenta 374 projetos e requerimentos em uma semana

O Congresso Nacional retomou seus trabalhos na semana passada já com centenas de projetos, requerimentos e pedidos de revogação de decretos presidenciais. Os Deputados apresentaram 298 iniciativas e os Senadores sugeriram 74. Entre as solicitações, não faltam ações contra o novo governo, como pedidos de parlamentares da oposição para derrubar o decreto que restringe o acesso às armas e proíbe empréstimos do BNDES. Também foram apresentados pedidos para criação de novas comissões permanentes na Câmara e no Senado. Na lista, estão comissões como a de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

## Presidente da Câmara propõe criação de novas comissões permanentes

O presidente da Câmara, Deputado Arthur Lira, pretende criar, já no começo da legislatura, cinco novas comissões permanentes na Casa – saltando das atuais 25 para 30. O movimento permitiria acomodar mais partidos à frente dos colegiados.

## Supremo Tribunal Federal deve retomar o julgamento do marco temporal

A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, afirmou, no dia 27/01, que a presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministra Rosa Weber, espera concluir o julgamento sobre a tese do marco temporal para demarcações de terras indígenas ainda este ano. O fim do julgamento é uma meta da gestão da ministra à frente do tribunal. Rosa Weber se aposenta compulsoriamente em outubro de 2023, quando completa 75 anos, e deixará a presidência. A ministra sinalizou que o marco temporal será julgado na sua gestão.

## Em quatro anos, governo anterior abriu um clube de tiro por dia

Entre 2019 e 2022, o Exército concedeu certificados para 1.483 novos estabelecimentos de tiro esportivo. O governo anterior autorizou a abertura de um clube de tiro por dia. Na legislação, a competência para analisar e aprovar a abertura de Clubes de Tiros é do Exército, bem como para autorizar que uma pessoa possa modificar sua licença para CAC (Caçador, Atirador ou Colecionador) ou adquirir uma nova arma dentro da lei. Houve crescimento de quase três vezes na quantidade de autorizações concedidas no último ano do Governo

em relação ao governo anterior. Em 2022, o Exército liberou a abertura de 475 clubes, 287% mais em comparação às 165 licenças concedidas em 2018, último ano de Michel Temer (MDB) como presidente.

## Bancada do cocar toma posse na Câmara com festa e promessa de resistência

A posse da chamada Bancada do Cocar, formada por representantes de povos indígenas, foi de festa na Esplanada. Mas a promessa do lado de dentro do Congresso é de muita luta. No momento em que o País assiste à tragédia humanitária do povo Yanomami, os indígenas elegeram a maior bancada para uma mesma legislatura da Câmara na história – ao todo, são quatro representantes que se declaram de alguma etnia. Na celebração ocorrida na Esplanada estavam presentes Sônia Guajajara (SP) e Célia Xakriabá (MG), ambas do PSOL. Além delas, também foram eleitos Sílvia Waiãpi (PL-AP) e Paulo Guedes (PT-MG). Depois da posse, Sônia Guajajara se licencia do mandato para assumir o recém-criado Ministério dos Povos Indígenas. Célia Xakriabá seguirá na Câmara e já conta com uma agenda de luta.

## Governo anterior deixa R\$ 255,2 bilhões em despesas não pagas para este ano

O governo passado deixou R\$ 255,2 bilhões em despesas contratadas e não pagas para 2023. Chamados tecnicamente de restos a pagar (RAPs), os valores são transferidos de um ano para outro e se transformam em um “orçamento paralelo”, competindo por espaço com os novos gastos.

## Entrega do relatório técnico para o Ministro dos Direitos Humanos

O presidente da Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil, Dom Evaristo Pascoal Spengler, e o presidente da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia – CINDRA, o deputado João Daniel (PT-SE), entregaram no dia 31/1 ao ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, Sílvio Almeida, o relatório da visita técnica realizada em dezembro do ano passado, na Ilha do Marajó (PA), sobre o programa “Abrace o Marajó”. Dom Evaristo agradeceu pela oportunidade de diálogo e destacou que não foram realizadas consultas ou diálogos com a população local; que o programa “veio de cima para baixo”. O presidente da REPAM-Brasil afirmou que o objetivo do “Abrace o Marajó” não era apoiar os pescadores e as populações tradicionais, e que, por isso, a população não se sentiu contemplada.